

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ADRIANA KÁTIA TOZZO

**CONSELHO ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS
DE EDUCAÇÃO POPULAR**

**TRAMANDAÍ - RS
2022**

ADRIANA KÁTIA TOZZO

**CONSELHO ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS
DE EDUCAÇÃO POPULAR**

Trabalho de conclusão de curso - TCC, com o objetivo de aprovação em TCC - Curso II, requisito para obtenção do título de Pedagoga, na área da Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Orientadora: Ana Cláudia Ferreira Godinho

TRAMANDAÍ
2022

CIP – Catalogação na Publicação

Tozzo, Adriana Kátia

Conselho escolar: experiências de educação popular / Adriana Kátia

Tozzo. - 2022.

40 f.

Orientador: Ana Cláudia Ferreira Godinho.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Licenciatura em Pedagogia, Serafina Corrêa, BR-RS, 2022.

1. Conselho escolar. 2. Educação Popular. 3. Gestão Democrática. I. Godinho, Ana Cláudia Ferreira, orient. II. Conselho escolar: experiências de educação popular.

ADRIANA KÁTIA TOZZO

**CONSELHO ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS
DE EDUCAÇÃO POPULAR**

Trabalho de conclusão de curso - TCC, com o objetivo de aprovação na disciplina TCC - Curso II, requisito para obtenção do título de Pedagoga, na área da Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Orientadora: Ana Cláudia Ferreira Godinho

Data de aprovação: 03 de outubro de 2022

Banca examinadora

Prof^ª Dr^ª Ana Cláudia Ferreira Godinho
Orientadora (UFRGS)

Prof^ª Dr^ª Elisete Enir Bernardi Garcia
Avaliadora (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Talvez a tarefa de agradecer seja mais complexa do que a de realizar o presente trabalho. Mas se estou aqui e cheguei até aqui, primeiramente agradeço a Deus pela vida.

Agradeço à minha família pelo apoio e compreensão durante as ausências em virtude das viagens para as aulas no polo de Serafina Corrêa, pelas vezes que acabei me recolhendo e afastando-me daqueles que mais amo, para estudar e colocar as atividades em dia.

Agradecer individualmente à minha mãe Adiles, meus filhos Leonardo e Nicolli e meu esposo Alécio.

Agradecer às minhas colegas de aula da Pedagogia, de sonhos, viagens e trabalhos Suzane, Ariane e Elisane, pela cumplicidade, apoio e por mantermos nosso acordo de que ninguém poderia desistir. Chegamos até aqui!

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, pela oferta do curso de Pedagogia – EAD, permitindo-me realizar um sonho que acalentava a décadas, de ser pedagoga. Uma Universidade pública, de qualidade e construída pelo nosso povo.

Meus agradecimentos aos professores, orientadores e tutores, de forma especial a nossa tutora do Polo de Serafina Corrêa, professora Mônica Regina Assoni que nos acalmou, acalentou e orientou em todos os momentos. Tenha a certeza, de que se chegamos até aqui, muito desta conquista devemos a senhora.

Agradeço a prof.^a Dr^a Ana Cláudia Godinho, orientadora deste trabalho, pela orientação constante, pela partilha do conhecimento e por partilhar do sonho da construção de uma educação alicerçada no povo, na comunidade e na construção coletiva.

No mais, agradeço a todos, que mesmo de forma mínima dispuseram um pouco de seu tempo em favor da concretização deste sonho.

Lugar onde se faz amigos, [...]gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. [...] e a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão. [...] nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. [...] numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz. (Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo identificar se o Conselho Escolar, da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti, situada no município de Itatiba do Sul - RS, constituiu-se em um espaço de construção de experiências de educação popular. O trabalho se desenvolveu a partir de uma pesquisa bibliográfica, revisando as principais literaturas que norteiam o tema em estudo. Esta revisão se realizou em livros, teses, dissertações e artigos científicos, o que proporcionou o apoio necessário para o desenvolvimento deste trabalho, para análise da pesquisa e identificação do objeto desta pesquisa. A pesquisa documental, ocorreu no recorte temporal de 2018 a 2022, no livro ata nº 22, do Conselho Escolar, da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti, permitindo identificar os temas geradores presentes no decorrer das reuniões. Esta análise permitiu identificar se o conselho escolar se constituiu em um espaço que potencializou e construiu experiências de educação popular, na instituição educacional pesquisada.

Palavras-chave: Conselho Escolar. Educação Popular. Gestão Democrática.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo identificar si el Consejo Escolar de la Escuela Secundaria Estatal Profesora Fernandina Rigoti, ubicada en el municipio de Itatiba do Sul - RS, constituyó un espacio para la construcción de experiencias de educación popular. El trabajo se desarrolló a partir de una investigación bibliográfica, revisando las principales literaturas que orientan el tema en estudio. Esta revisión se realizó en libros, tesis, disertaciones y artículos científicos, los cuales brindaron el sustento necesario para el desarrollo de este trabajo, para el análisis de la investigación e identificación del objeto de esta investigación. La investigación documental se realizó en el período de 2018 a 2022, en el libro ata n° 22, del Consejo Escolar, de la Enseñanza Media del Estado Profesora Fernandina Rigoti, lo que permitió identificar los temas generadores presentes durante los encuentros. Este análisis permitió identificar si el consejo escolar constituyó un espacio potenciador y constructor de experiencias de educación popular en la institución educativa investigada.

Palabras clave: Junta Escolar. Educación Popular. Gestión democrática.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Reuniões realizadas pelo conselho escolar 2018-2022.....	31
Quadro 2 — Temas geradores categorizados nas atas.....	31
Quadro 3 — Tema gerador “pedagógico” – 2021-2022.....	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NO CONSELHO ESCOLAR	14
2.1 A EDUCAÇÃO POPULAR NA GESTÃO ESCOLAR	14
2.2 O DIÁLOGO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO	17
2.3 CONSELHO ESCOLAR EM UMA PERSPECTIVA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA	20
3 A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSORA FERNANDINA RIGOTI	24
4 ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFª FERNANDINA RIGOTI: O CONSELHO ESCOLAR E OS TEMAS GERADORES	27
4.1 TEMA GERADOR “FINANCEIRO”	29
4.2 TEMA GERADOR “ ADMINISTRATIVO”	30
4.3 TEMA GERADOR “ PEDAGÓGICO”	31
4.4 TEMA GERADOR “ QUESTÕES SOCIAIS EDUCANDOS/FAMÍLIA”	32
4.5 TEMA GERADOR “OUTROS”	33
5 O CONSELHO ESCOLAR CONSTITUI-SE ENQUANTO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR	35
6 CONCLUSÃO	37
7 REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

No decorrer de minha caminhada acadêmica e profissional, os desafios sempre estiveram presentes de forma intensa e neste sentido, sempre acalentei o sonho de cursar Pedagogia. O desejo surgiu das lacunas em minha formação na área da História, de forma especial na necessidade de conhecer as diferentes metodologias a serem empregadas em sala de aula e no desejo de aprofundar meus estudos nas diferentes correntes pedagógicas. O sonho acalentado diariamente, vinha do desejo de que esta nova formação, permitisse melhorar a minha prática enquanto educadora.

Ao longo destes anos de estudos, leituras e vivências fui me constituindo como uma educadora popular, e isso fez com que ampliasse minhas leituras em Paulo Freire. A aproximação com a obra deste grande educador brasileiro me ajuda a manter o ânimo, o sonho na construção de uma sociedade igualitária e justa, dentro de um processo democrático, onde a escola pública tem papel fundamental.

Desta forma, ao chegar o momento de escolher o tema a ser pesquisado no trabalho de conclusão de curso – TCC, do curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, logo decidi aprofundar meus estudos sobre educação popular, e daí nasceu o título deste trabalho: “Conselho Escolar: Experiências de educação popular”.

Foi nesse contexto que busquei desenvolver uma análise sobre as experiências de educação popular, construídas a partir da participação dos conselheiros, nas reuniões do conselho escolar.

Para isso, realizei um estudo exploratório, baseado nos procedimentos metodológicos de uma pesquisa documental. De acordo com Gil (1999), é muito semelhante à pesquisa bibliográfica. “ A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes” (GIL,1999, p.45).

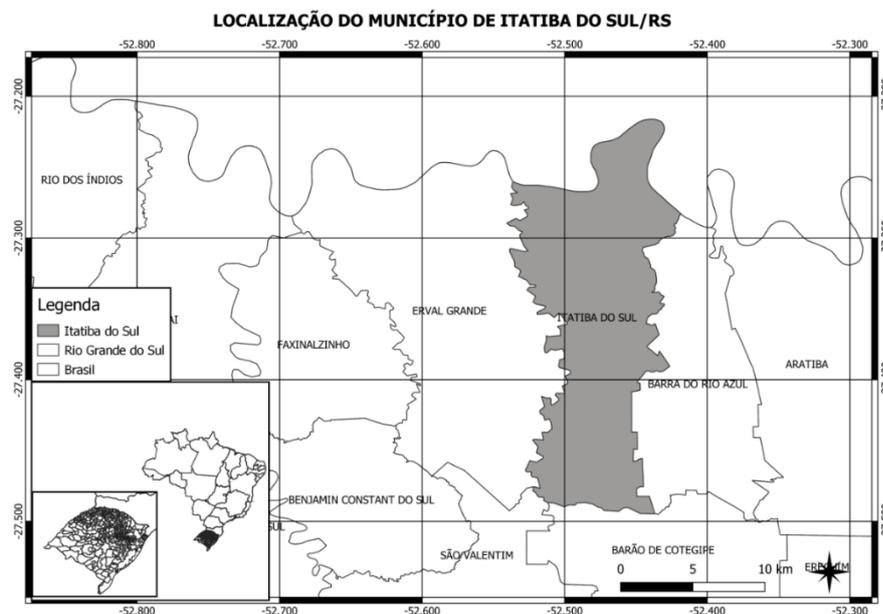
De acordo com Lüdke e André (1986) o pesquisador ao usar a pesquisa documental deve observar os documentos a serem utilizados, sua origem e a interferência de valores, sentimentos ou ideologias. Assim, alguns procedimentos metodológicos devem ser observados:

A primeira decisão nesse processo é a caracterização do tipo do documento que será usado (oficial, técnico ou pessoal) (...). A escolha dos documentos não pode ser aleatória, deve seguir propósitos, ideias ou hipóteses (...). Na seleção deve-se seguir a metodologia de análise de conteúdo (...) observando-se a unidade de registro e a unidade de conteúdo. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p.18)

Os documentos analisados estão reunidos no livro de atas número 22 do conselho escolar de uma escola estadual do interior do Rio Grande do Sul. O período temporal analisado foi desde o ano de 2018 até a data de 03 de julho de 2022.

O Município de Itatiba do Sul, possui 3649 habitantes (2019), foi emancipado da cidade de Erechim, em 10 de abril de 1965, localiza-se ao norte do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com os Municípios de Barra do Rio Azul, Barão de Cotegipe, Erval Grande e o Estado de Santa Catarina. Está inserido na Associação dos Municípios do Alto Uruguai - AMAU, composto por 32 municípios, com uma área de 212,2 km e densidade demográfica de 16,8 hab/km, e 771 metros de altitude.

O mapa a seguir faz um recorte da posição geográfica do Município, dentro do contexto regional, estadual e nacional.



Mapa 1: Fonte: arquivo pessoal de Adrieli Alves

A região do Alto Uruguai caracteriza-se por pequenos municípios que, exceto Erechim e Getúlio Vargas, tem sua base econômica na agricultura familiar. Em Itatiba do Sul, a maioria da população reside no interior do município, conforme dados do IBGE em 2018. Tem como característica, pequenas propriedades, onde se destaca a produção de citros, milho, soja, fumo e produção de alimentos orgânicos. A suinocultura encontra-se em fase de expansão.

O PIB (produto interno brasileiro) do Município é de 58.550.707 no ano de 2018 e o PIB per capita de 17.120,09 em 2018.

A Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti, localiza-se na sede do Município, onde a pesquisa se desenvolve, está presente na comunidade Itatibense desde 1953, sendo referência para o sistema municipal e estadual de ensino, por congregar as modalidades do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

O Conselho Escolar em estudo pertence à Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti, criado em 16 de junho de 1996, por determinação da Secretaria Estadual de Educação do RS, o que provocou uma reorganização da gestão escolar, a partir dos princípios de gestão democrática.

O conselho escolar constitui-se de forma paritária e é o espaço da construção de políticas educativas participativas da escola, engajando a comunidade escolar e oferecendo espaços de troca de saberes e construção dos alicerces educacionais da escola. E nesta proposta o Conselho Escolar se insere, como Freire descreve “a teoria de transformação político-social precisa ser parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres constituidores da história, seres de decisão de ruptura, da opção” (FREIRE, 2000, p. 146). Assim, a vivência se transforma, em questionamentos, análise, experiência e conhecimento, levando a um pensar articulado, com as necessidades dos homens e das mulheres, promovendo uma autorreflexão, constante no processo de “ser” e “agir”, levando-me a investigar os desafios e os avanços do conselho escolar na perspectiva da construção de uma escola democrática e popular.

Compreendo o conselho escolar como um espaço de exercício da cidadania, quando o indivíduo, ou um conjunto deles, mediante a construção coletiva, com participação plena e consciente, participam da gestão de sua escola. É, portanto, na experiência cotidiana e permanente de participação que se constitui a cidadania em uma sociedade democrática. Esses princípios da participação cidadã e da soberania popular são fundamentais e precisam ser estimulados como mecanismos de participação. Para Freire (2003), essa prática educativa faz com que as pessoas possam fazer a leitura do mundo de forma crítica, tendo a possibilidade de enxergar e refletir sobre o que é verdadeiro e não ver apenas o que interessa às classes dominantes. Que passe a compreender “não apenas que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia mais” (FREIRE, 2003, p.20).

Considerando os questionamentos realizados, este trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte questão: Quais os princípios da educação popular podemos identificar no trabalho do conselho escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti, registrado nas atas de reuniões do período de 2018 a 2022?

Para tanto, este trabalho tem o objetivo de compreender os princípios da educação popular que configuram o trabalho do Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti. Os objetivos específicos são:

- Identificar os temas geradores abordados nas reuniões do conselho escolar; e
- Analisar as reflexões produzidas pelo conselho escolar acerca dos aspectos político-pedagógicos; administrativos e financeiros da escola; e
- Compreender a presença de princípios da educação popular nesses temas e reflexões registradas nas atas de reunião analisadas.

Para subsidiar teoricamente este estudo, apresento no capítulo 2, a literatura científica que se relaciona às experiências de educação popular que se constituem na gestão escolar, a partir das relações construídas através da dialogicidade e do conselho escolar.

No capítulo 3, através da pesquisa desenvolvida é apresentada a Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti, instituição educacional, onde o conselho escolar é pesquisado.

Na sequência, do capítulo 4, aprofunda-se a pesquisa no Conselho Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti, identificando os temas geradores identificados através da pesquisa documental, nas atas do Conselho Escolar.

O capítulo 5 constitui-se em uma análise que tem por objetivo identificar se o conselho escolar, da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti, constitui-se em um espaço de experiências de educação popular, a partir da participação dos conselheiros nas reuniões do conselho escolar.

2 EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NO CONSELHO ESCOLAR

Os conselhos constituem-se “como uma das formas de participação na gestão pública, na elaboração de políticas, tendo em vista sua democratização e transparência, portando um canal de relação entre Estado e sociedade, espaço de administração de conflitos” (TEIXEIRA, 1996, p. 8 apud GOMES, 2003, p. 39). Canais de participação que propiciam um novo padrão de relação entre o Estado e a sociedade ao viabilizarem a participação dos diferentes segmentos sociais na formulação de políticas sociais (GOHN, 2001). Os conselhos “possibilitam à população o acesso a espaços onde se tomam decisões políticas e criam condições para um sistema de vigilância sobre as gestões públicas, implicando maior cobrança de prestação de contas do executivo” (GOMES, 2013, p.39).

As reflexões, aqui apresentadas, partem das inquietações ao observar o processo de construção, junto ao conselho escolar, que implementa um fórum permanente de estudo, de construção e de deliberação na gestão da escola, na compreensão de que a “experiência de cada uma das partes perde em significação quando não existe o livre entrelaçamento das várias atividades da vida” (DEWEY, 1959, p. 90). Isso nos indica que um ambiente institucional de participação pode ser coordenado de forma horizontal ou vertical, pois a gestão da escola pode dificultar e minar este tipo de controle ou potencializar, tornando-os instituições de resistência, de luta pela democracia participativa e de construções de experiências de educação popular.

2.1 A EDUCAÇÃO POPULAR NA GESTÃO ESCOLAR

A Educação Popular nasceu no seio das organizações populares, mas suas concepções de cunho libertador e emancipatório que repercutiram na sociedade, extrapolaram os muros das escolas, cruzaram fronteiras, passando a influenciar as práticas educativas que ocorrem nas escolas, nas associações, nas ONGs, nos sindicatos etc. Emerge “ como proposta de reescrever a prática pedagógica do ato de ensinar e aprender, surge para repensar o sentido político da educação” (BRANDÃO, 1985, p. 13).

Constituiu-se em uma nova prática, levando a compreensão da importância da formulação de espaços de participação popular, de reflexão e de orientação para o surgimento de um conjunto de políticas sociais, que contemplem os diversos setores da sociedade, fortalecendo a participação, a cidadania e o diálogo. Forma-se no movimento da sociedade, na

sintonia das diferentes realidades e na perspectiva de valorização dos saberes populares, da humanização e da emancipação popular, tendo como princípio a participação popular e a solidariedade na construção de um projeto político de sociedade mais justo, humano e fraterno. Por isso, educação popular é movimento político e social com as classes populares pela educação (BRANDÃO, 1985).

Falar em educação popular na gestão escolar, é falar do conflito que move crianças, adolescentes e adultos, em um campo de disputas de forças de poder. É compreender enquanto práxis que é discutida e repensada constantemente, na perspectiva da pedagogia crítica com intencionalidade política (STRECK; ESTEBAN, 2013). É compreender a educação popular como formadora de um projeto de educação democrático, plural, soberano e participativo, potencializador de transformações político-sociais profundas na sociedade.

Por isso, nasce e constitui-se como “pedagogia do oprimido”, vinculada ao empoderamento, organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social. Uma concepção de educação que se constrói na relação de intervenção na sociedade, na essência de educadores populares, que compreendem que o saber construído, a partir da própria realidade, é pedagogicamente mais importante:

(...) o importante não é compreender o que as pessoas produzem materialmente, mas como socialmente se organizam para produzir, a mesma ideia vale como base do imaginário da educação popular: não importa o que as pessoas sabem, mas como elas vivem a experiência a experiência coletiva de produzir o que sabem, e aquilo em que elas se transformaram ao experimentar o poder de criar tal experiência do que o saber é produto (BRANDÃO, 1985, p.157).

No Brasil, a gênese da educação popular nos remete às lutas históricas em defesa da escola pública, a partir dos discursos dos liberais desde a Primeira República; intensificando-se da década de 1930, por exemplo, por meio do manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; incorpora outros atores sociais nas décadas de 1950 a 1970, principalmente os movimentos populares e estudantis; sofre a repressão e o silêncio no período ditatorial brasileiro; recupera suas bandeiras históricas no processo de redemocratização do Brasil; mantendo nas últimas décadas uma mobilização liderada por instituições públicas, entidades de pesquisas e movimentos sociais, que insistem na luta e na busca utópica “(...) da construção de uma sociedade em que oprimidos sejam os sujeitos de seu próprio processo libertador que mais tarde se consolida em educação popular (BRANDÃO, 1985, p.42).

Do mesmo modo, a educação popular se realiza em todas as situações em que, a partir da reflexão das práticas dos movimentos sociais e populares, as pessoas trocam experiências, recebem informações, criticam, apreendem e se instrumentalizam. Os espaços públicos

educacionais, sejam eles formais ou não, constituem-se em lugares de resistência, transgressão e de possibilidades. Lugar de esperança e de luta por fazer das experiências populares um projeto de sociedade, semeando sonhos e palavras. Lugar de dialogicidade, condição essencial para a produção de uma pedagogia emancipatória, conectando a esta a participação, tencionando a ação e a reflexão nos processos pedagógicos e políticos. (...) “o que caracteriza a comunicação, enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (FREIRE, 1987, p.45).

Nas palavras de BRANDÃO (1985), a educação popular não se estabelece apenas em uma nova teoria na área da educação. Constitui-se em um conjunto de relações que, a partir da cultura, estabelecem uma articulação entre a prática e o trabalho político popular, que se origina entre as trocas do homem para com a sociedade, de alterações das estruturas opressoras por um trabalho libertador, no encontro entre educadores e educandos, em uma ampla ação cultural libertadora, definindo-se como um instrumento político de conscientização e politização do povo.

Nesse contexto, a promoção de práticas reflexivas mediadas pelo diálogo compreendem o núcleo central do reconhecer-se como sujeito de sua história, tendo a dignidade humana como sua realização maior, superando as condições impostas pela sociedade de classes, por meio de uma pedagogia emancipatória. Desenvolvendo a consciência de classe, insurgindo-se a qualquer forma de opressão e alienação, caminhando como cidadãos (ãs) mais autônomos (as), criativos (as), éticos (as) e estéticos (as). É desse modo que a educação em qualquer nível não pode ser entendida como neutra. Ela é sempre a favor do conservadorismo ou da mudança de uma realidade perversa.

(...) a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além dos conhecimentos dos conteúdos bem ou mal ensinados e ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento (FREIRE, 2003, p. 98).

Esta é a razão por que não se pode pensar na neutralidade da educação popular, ela constitui-se em um trabalho coletivo, organizado pelo próprio povo. Regido pela diferença entre cada cidadão (ã) participante, mas que possuem a mesma direção, por intermédio do fortalecimento do poder popular, que se dá pela construção de um saber de classe, que se transforma em um saber popular o qual precisa fortalecer as organizações locais e populares na comunidade, tendo o movimento popular e sua efetiva participação, como dinâmica. Pesquisar o conselho escolar enquanto uma experiência de educação popular, nos permitirá compreender

que não existe educação popular fora da luta, da mobilização, da articulação, da transformação social e da participação.

2.2 O DIÁLOGO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

O primeiro passo a ser dado na construção de uma escola verdadeiramente democrática é possibilitar à comunidade o acesso à informação, para que seus direitos sejam protegidos, na construção de canais de participação, de avaliação, de deliberação e construção de uma escola de todos para todos.

Na perspectiva da educação popular, a escola é um organismo vivo onde as pessoas trabalham e interagem entre si para conquistar um objetivo comum, superando o modelo de organização, administração e gestão, pautado nas decisões de uma pessoa - neste caso o diretor, para um modelo democrático participativo, onde as decisões são tomadas de forma coletiva e a partir do papel do gestor são colocadas em prática.

Gerir uma escola implica em organizá-la, levando em conta as leis e diretrizes que a regulamentam, pautando as ações nos princípios da democracia, garantindo meios para a participação da comunidade escolar, na autonomia capaz de gerir os recursos financeiros, esforçando-se para que as ações se concretizem e avaliando constantemente os resultados, para traçar novas rotas se necessário. A gestão democrática, quando a comunidade participa de decisões, “é partilha do poder, participação na tomada de decisões” (PARO, 2011, p.16). Neste sentido, não compete à comunidade escolar executar propostas cuja as decisões não foram tomadas por elas ou o gestor apenas compreender a importância da participação, mas é “preciso verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade” (PARO, 2011, p.40).

Neste sentido, é preciso não apenas garantir a participação dos pais, professores, alunos e funcionários nas decisões da escola, mas criar ferramentas para que esta participação realmente aconteça, a partir do envolvimento da comunidade escolar na construção de um ensino de qualidade, pois quando ela se envolve, se sente mais responsável e a “participação torna-se um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, que se centram na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem” (LIBÂNEO, 2015, p.90). O processo de construção de saberes a partir da educação popular, da

garantia de uma gestão democrática “ tanto a gestão como o processo de tomada de decisões se dá coletivamente, possibilitando aos membros do grupo a discussão pública de projetos e ações e o exercício de práticas colaborativas” (LIBÂNEO, 2015, p.102), pois é garantindo a participação coletiva da comunidade que as decisões serão colocadas em prática, materializando-se em realidade.

Neste sentido, a escola precisa ser lugar de dialogicidade, condição essencial para a produção de uma pedagogia emancipatória, conectando a esta a participação, tencionando a ação e a reflexão nos processos pedagógicos e políticos. (...) “o que caracteriza a comunicação, enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (FREIRE, 1977, p.45).

O diálogo como uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e a refazem (FREIRE, 2001a, p.123).

Daí a necessidade de uma educação comprometida com a democracia, que fortaleça o diálogo e que por meio do confronto de ideias contribua para a conscientização e consequentemente com a mudança tão necessária. Assim, o desvelamento da linguagem deve ser um instrumento de libertação do ser humano e favorecer a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Essa compreensão se revela na análise,

Aí está uma das tarefas da educação democrática e popular, da pedagogia da esperança - a de possibilitar nas classes populares o desenvolvimento de sua linguagem, jamais o blábláblá autoritário e sectário dos “educadores”, de sua linguagem, que, emergindo do e voltando-se sobre sua realidade, perfile as conjecturas, os desenhos, as antecipações do mundo novo. Está aqui uma das questões centrais da educação popular - a da linguagem como caminho de invenção da cidadania (FREIRE, 1992, p.41).

Não há como construir uma sociedade democrática se a própria educação não a é. Os educadores progressistas têm o dever de contribuir para que os espaços onde atuam sejam verdadeiros contributos para a emancipação dos sujeitos. A intencionalidade do educador é fundamental para que todos possam dizer a sua palavra, para que tenham voz e vez e dessa maneira, desenvolvam sua autonomia e consciência crítica.

Igualmente, não se pode refutar que:

(...) não há um trabalhador de ensino, no Brasil ou em qualquer outra sociedade, como algo abstrato, universal. O Trabalhador do ensino, enquanto tal é político, independentemente de se é, ou não, consciente disto. Daí que me parece fundamental que todo o trabalhador do ensino, todo educador ou educadora tão rápido quanto possível, assumam a natureza política de sua prática. Defina-se politicamente faça sua opção e procure ser coerente com ela (FREIRE, 1991, p.49).

Nesse viés, o diálogo constitui-se no alicerce de uma pedagogia libertadora e transformadora. O diálogo é indispensável em qualquer ação voltada para a construção e para a execução de políticas públicas, que tenham por objetivo conhecer, refletir e transformar a realidade. O diálogo pressupõe a construção de relações horizontais na escola, em que as práticas educativas se dão a partir do entendimento de que não há saber maior ou menor, mas saberes diferentes, como assinala:

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p.45).

Acreditar na construção da educação edificada no diálogo é compreender que é por meio dela que os homens “pronunciam o mundo” (FREIRE, 1987). Ou seja, que se colocam na condição de humanos, pois é apenas nesta situação, que serão sujeitos da ação-reflexão. Dessa forma, tem condições de contribuir, de criar e recriar. A prática do diálogo é fundamental para romper com o silêncio do outro, promover as reflexões e problematizar a realidade. Esta apropriação é fecunda para a reflexão das próprias vivências e a oportunidade de pensar/repensar as convicções pessoais acerca da realidade vivida e das situações que impedem a construção de melhores condições de vida, na existência material e em outras esferas da vida. É sobre “o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é suas práxis” (FREIRE, 1987, p.114).

Nesse contexto, a promoção de práticas reflexivas mediadas pelo diálogo compreendem o núcleo central do reconhecer-se como sujeito de sua história, tendo a dignidade humana como sua realização maior, superando as condições impostas pela sociedade de classes, por meio de uma pedagogia emancipatória.

(...) a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além dos conhecimentos dos conteúdos bem ou mal ensinados e ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento (FREIRE, 1994, p. 98).

É preciso acreditar que é fundamental educar, formar, capacitar, comunicar-se, incidir sobre uma pedagogia democrática, que consiste na reflexão sobre a realidade. Freire pensou, defendeu e operacionalizou uma educação respeitosa da compreensão do mundo dos educandos, que os desafiasse a pensar criticamente, isto é, a pensar certo.

2.3 CONSELHO ESCOLAR EM UMA PERSPECTIVA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

O conselho escolar constitui-se em um colegiado institucionalizado, constituído por número ímpar de conselheiros, não inferior a cinco e não superior a vinte e um, respeitada a tipologia da escola, regidos pela Lei 10. 576, de 14 de novembro de 1995, com modificações introduzidas pela lei 11.695, de 10 de dezembro de 2001. É composto por 50% de pais e alunos e 50% por membros do magistério e funcionários da escola, sendo que o diretor é membro nato. Para seu funcionamento, o conselho escolar precisa de quórum mínimo de metade mais um de seus membros nas reuniões.

A eleição dos conselheiros ocorre na escola, em cada segmento, uni nominalmente, ou através de chapa nas eleições proporcionais, na mesma data nos diferentes segmentos da comunidade escolar. O mandato é de dois anos e as eleições “preferencialmente” devem ocorrer no mês de abril.

De acordo com a legislação vigente, os conselhos escolares das escolas estaduais têm função consultiva, deliberativa e fiscalizadora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras, tanto na aprovação do plano de aplicação quanto na apreciação da prestação de contas. Sendo assim, a participação efetiva da comunidade escolar na gestão pedagógica, administrativa e financeira fortalece o conselho escolar e legitima a gestão democrática da escola.

Assim, o processo de participação que ocorre através do conselho escolar se torna o fundamento e a base da cidadania ativa. Para que isso aconteça, Benevides (1994) é necessário à criação de espaços públicos para que a soberania popular não esteja restrita apenas ao processo eleitoral, mas que tenha a possibilidade de “criação, transformação e controle sobre o poder, ou os poderes”.

A comunidade escolar coloca-se na condição de co-partícipe na gestão. Nesse processo, devemos considerar “que a democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos” (CHAUÍ, 2005, p 24); sendo assim, o conflito é considerado como legítimo e necessário, assim como a capacidade de estabelecer diálogo e de construir consensos. Tais práticas, vêm provocando a emergência de uma nova compreensão do significado de espaços públicos, da constituição da cidadania, da prática da democracia, dos padrões de gestão escolar e da construção de uma nova cultura política. Para tanto, a mediação da educação, em especial

da educação popular, é elemento indispensável para a efetividade das práticas participativas na promoção da democratização de uma gestão escolar.

Momento e movimento que possibilita a organização da gestão escolar, a partir da consolidação de um espaço de gestão democrática, de educação popular. A comunidade escolar, na medida em que começa a participar deste processo, compreende seu caráter educativo, de educação popular, como práxis, com a oportunidade de pronunciar a palavra, conforme nos ensina Freire (1987, p. 107), “não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeiramente seja transformar o mundo”. Passando a pensar como cidadão (ã) participativo (a), a fim de contribuir de forma significativa na construção e uma nova gestão escolar.

O processo de participação no conselho escolar, a partir de sua criação, passa a ser compreendido dentro de um contexto de educação popular, que ganha importância como práxis social,

Como aquela que não está institucionalizada, ocorre dentro e com os grupos populares; é determinada pela realidade e sua perspectiva é histórica. Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao objeto educacional vigente. Por isso é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade (PINI, p. 01).

No contexto deste período, observa-se que o conselho escolar, debruça-se sobre a questão pedagógica da escola, quando analisa o calendário escolar, dificuldades de aprendizagens, projetos escolares, recomposições de aprendizagem e as dificuldades enfrentadas na escola, no retorno dos alunos da escola, neste “novo normal”, valorizando os saberes do povo em seu contexto cultural e social, produzindo novos saberes, por meio de um debate qualificado entre a sociedade civil e o Estado, na “compreensão do homem e da mulher enquanto seres constituidores da história, seres de decisão de ruptura, da opção” (FREIRE, 2002, p. 146).

A educação popular empodera o cidadão, ou grupo social, que passa a agir em nome da comunidade, que segundo Gadotti: “[...] precisa ser um espaço organizador dos múltiplos espaços de formação, exercendo uma função mais formativa e menos informativa, como dizia Paulo Freire, muito mais gestora do conhecimento social do que lecionadora” (GADOTTI, 2005, p. 15).

Assim, a vivência se transforma em questionamentos, análise, experiência e conhecimento, levando a um pensar articulado, com as necessidades dos homens e mulheres, promovendo uma autorreflexão constante no processo de “ser” e “agir” na comunidade e com

a comunidade. Concebe-se o conselho escolar como um ato libertador que permite à comunidade escolar, conhecer a sua realidade e agir sobre ela. Conforme Freire, uma prática política, que pode libertar o homem e a mulher de sua ignorância social, possibilitando a luta pelos direitos básicos, tornando-os capazes de pensar e analisar o mundo.

Nesse contexto, o conselho escolar nasce do propósito do diálogo, ao mesmo tempo que educa e é educado, tornando-se ambos os sujeitos do processo de construção do conhecimento. Se constrói no diálogo, na comunicação, no levantamento de problemas, nos questionamentos e nas reflexões sobre a realidade municipal, bem como pela busca da construção de uma sociedade alicerçada na participação, na construção coletiva e na diminuição das diferenças sociais. A participação no conselho escolar possibilita ao cidadão(ã) tornar-se um ser social atuante que tem condição de opinar, de criticar, que sente a necessidade de conhecer as entranhas da gestão pública, sua legislação, doutrina e orientações, formando cidadãos inseridos no seu contexto histórico e propulsores da construção da sociedade, conforme Freire “não se pode afirmar que alguém liberta alguém, ou que alguém se liberta sozinho, mas os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 130).

Desse modo, o diálogo, a participação e a educação popular passam a ser imprescindíveis para a construção de uma escola democrática, reconhecendo que a construção coletiva se dá pela humanização dos sujeitos, que convivem com o conflito para reconhecer o processo de construção,

O diálogo não é apenas uma estratégia pedagógica. É um critério de verdade. A verdade do meu ponto de vista, do meu olhar, depende do outro, da comunicação, da intercomunicação. Só o olhar do outro pode dar veracidade ao meu olhar. O diálogo com o outro não exclui o conflito. [...]. O meu conhecimento só é válido quando eu compartilho com alguém. (GADOTTI, 2014, P. 130-131).

É neste tempo e espaço que o conselho escolar se constitui na priorização da formação dos segmentos que compõem a comunidade escolar, que passam a atuar nos diferentes temas, aprimorando os espaços de participação já constituídos na escola e na relação com a comunidade escolar e o território educativo que está incluída. Esse espaço de construção move-se pela utopia, pelo o sonho que é possível construir uma escola, alicerçada no diálogo, na democracia e na participação.

Assim, a realidade imediata vai sendo inserida na realidade local, existencial, com relações nas dimensões regionais, nacionais e nas diferentes perspectivas, social, política, econômica, cultural que se entrelaçam e possibilitam os processos de transformação social, por meio da construção de “[...] espaços de autonomia, estratégias de originalidade e de afirmação

de identidades populares, cuja a dinâmica tem surpreendido aqueles que se dedicaram ao seu estudo mais profundo em qualquer uma de suas dimensões” (BRANDÃO, 1985, p. 152).

Outra referência importante no impacto do diálogo, da educação e da participação nas relações de poder, pode-se buscar em Freire, quando discorre sobre a temática da importância do respeito à escuta. Como diz Freire,

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falado aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar com ele. O que jamais faz com quem aprende a escutar para poder falar como é falar impositivamente (FREIRE, 1987, p. 127).

Não como uma didática ou uma tática política, mas como uma nova prática de gestão escolar. É um olhar para dentro de nós mesmos para realizar o exercício da democracia, entendendo que gestão escolar participativa engloba a prática educativa e o espaço em que ela se realiza, a fim de construir autonomias com responsabilidade e desafiar a comunidade a superá-los (FREIRE, 1987), espaço de resistência e de oposição à sociedade que se forma, que transcende o tempo e o espaço, e cresce a partir da educação popular.

3 A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSORA FERNANDINA RIGOTI

A Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina está inserida no município de Itatiba do Sul, situada na rua Irany Jaime Farina, número 130, presente na comunidade há 69 anos. O Município localiza-se ao norte do Rio Grande do Sul.

É a maior e mais antiga escola do Município, oferecendo Ensino Fundamental e Ensino Médio – regular e EJA à comunidade, sendo a única a ofertar Ensino Médio.

Aproximadamente 70% dos educandos são oriundos do meio rural, filhos de pequenos agricultores, que se dedicam à agricultura familiar, dependendo do transporte escolar para chegar à escola diariamente. Os demais (30%) residem na cidade e bairros do município, sendo filhos de assalariados, diaristas e trabalhadores vindos de outros Estados que trabalham para empresas que atuam na coleta da resina das árvores.

A escola está situada numa região em que o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio, do IBGE de 2010, é de 0.696. Sendo o IDH médio estadual de 0.761. O acesso à escola por parte dos alunos é realizado a partir do transporte escolar, oferecido pelo Município de Itatiba do Sul. A economia local é constituída de pequenos agricultores, caracterizando-se pela agricultura familiar especialmente, de citricultura, suinocultura, produção de grãos (soja, milho), fumo, e produção orgânica de alimentos.

A comunidade tem na escola sua referência na educação e cultura, sendo que as famílias, quando convidadas para reuniões pedagógicas e demais eventos realizados, participam de forma ativa.

A partir desta realidade, somadas aos desafios que se apresentam diariamente, de forma especial vivenciados neste período de retorno às aulas presenciais, que diretamente ou indiretamente afetaram as famílias, em função da pandemia do COVID, tendo o conhecimento de que a grande maioria dos educandos tem nesta escola pública o único acesso ao sistema educacional, a escola se constrói e reconstrói diariamente, na luta pela construção de uma escola pública inclusiva, democrática e de qualidade.

De acordo com a LDB 9.394/96 nos artigos 12, 13 e 14 a escola deve efetivar sua proposta pedagógica de forma coletiva, sendo que esse instrumento é a base norteadora das ações na escola. O professor constitui-se no mediador do conhecimento que respeita os conhecimentos

prévios, aprimorando-os para transformar um conhecimento mais elaborado ou científico. Assim, consiste em um desafio constante,

garantir o funcionamento pleno da escola como organização social, com o foco na formação de alunos e promoção de sua aprendizagem, mediante o respeito e aplicação das determinações legais nacionais, estaduais e locais, em todas as suas ações e práticas educacionais” (LÜCK, 2009, p.15).

Diante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), no seu artigo 2º entende-se que as concepções pedagógicas devam servir de base para a construção de uma escola de qualidade, que preza pela liberdade de aprender e ensinar. A escola também deve promover mudanças de paradigmas excludentes e preconceituosos, por princípios de alteridade e de respeito à diversidade, ou seja, o reconhecimento e valorização dos sujeitos em suas múltiplas faces.

A estrutura organizacional da escola é composta, além do Diretor, pelas vice-diretoras, dos turnos da manhã, tarde e noite. A equipe pedagógica é formada por Supervisão e Orientação escolar. Fazem parte da escola 38 professores (as), todos com curso superior e 90% deste com Pós-Graduação em nível de Lato-Sensus. Uma professora com Mestrado concluído e uma cursando. Grande parte dos professores são contratados pelo Estado, em caráter emergencial, mas atuam na escola há muitos anos, através das renovações anuais dos mesmos. Cerca de 40% dos professores são concursados.

A escola, na dimensão financeira, é mantida pela Secretaria Estadual de Educação – RS, órgão vinculado ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através do repasse de recursos carimbados, sendo que a elaboração dos planos de aplicação, aquisição e fiscalização dos gastos é realizada pelo Conselho escolar.

O CPM – Círculo de Pais e Mestres da escola também participa no suporte financeiro da escola, de forma especial em datas comemorativas e gincanas escolares, com o pagamento de premiações, brindes e lembranças, sendo muito ativo no envolvimento da comunidade escolar e do território que compreende a escola.

A escola possui uma excelente estrutura física em perfeitas condições de acesso, composta de área administrativa, laboratório de ciências, salas de aulas amplas e arejadas, banheiros, área de reuniões e estudo dos professores, biblioteca escolar, refeitório, cozinha, lavanderia, parque infantil, quadra de esporte, área de recreação ao ar livre e coberta e jardins pedagógicos. É

deficitária em uma área para a prática da educação física coberta, dependendo de contrato do estado com a Mitra Diocesana.

A escola tem papel importante no que diz respeito a buscar e garantir a construção de conhecimentos que transformam a percepção da realidade e perspectiva de vida dos educandos, respeitando a diversidade cultural, sexual, política, religiosa ou não religiosa bastante ampla, em relação ao mundo atual e a comunidade em que vivem, atuam, interagem e a transformam. Em seu espaço existe diálogo, respeitando a diversidade e atitude crítica, elementos edificados em princípios éticos e de solidariedade. Dentre essas relações a escola se torna um espaço fundamental para trabalhar a constituição da personalidade desses indivíduos.

A escola se caracteriza por professores, funcionários e educandos e pais extremamente preocupados com a vida escolar dos filhos/estudantes. Quanto a pequena parcela que não possui este comprometimento, a escola em parceria com outras instituições do município, a partir da realidade de cada aluno (a), tem buscado superar esta problemática, através de diferentes ações que envolvam o educando e sua família.

A gestão democrática na Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti inicia com a implantação do conselho escolar, criado em 16 de junho de 1996, por determinação da Secretaria de Estado da Educação, a partir da orientação jurídica da 15ª Coordenadoria Regional de Educação, totalizando 13 (treze) membros, onde gestores educacionais, professores, funcionários e alunos são desafiados a construir um processo de participação e construção coletiva.

4 ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROF^a FERNANDINA RIGOTI: O CONSELHO ESCOLAR E OS TEMAS GERADORES

Conhecer a caminhada do Conselho escolar, da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti, a partir da análise do registro de atas, requereu uma leitura atenta, a partir do propósito traçado nesta pesquisa. Neste sentido, após esta leitura, optou-se pela organização dos assuntos debatidos nas reuniões, a partir dos temas geradores, que segundo Freire “falam às experiências das pessoas, é generativo, criador, porque dialoga com oposições em um equilíbrio instável. Nele há valores significativos adquiridos pelas experiências de vida, os quais contaminam signos que se expressam e parturizam pessoas novas” (STRECK, 2008, p.388).

Assim, foram cinquenta e nove (59) atas analisadas, no livro de atas de número 22, compreendendo o período de 2018 a 03 de julho de 2022, a partir de ‘tema gerador’ que não se encontra nos homens isolados da realidade, nem tampouco na realidade separada dos homens. Só pode ser compreendido nas relações homens-mundo” (FREIRE, 1987, p. 56).

O quadro (1) abaixo, apresenta as atas que foram analisadas, todas com quórum mínimo, exigido por lei.

Reuniões realizadas pelo conselho escolar 2018 -2022

ANO	QUANTIDADE DE REUNIÕES
2018	16 reuniões
2019	24 reuniões
2020	19 reuniões
2021	19 reuniões
2022	13 reuniões até 03 de junho de 2022.

Quadro 1: Livro do Conselho Escolar

Ao analisar as atas, os temas abordados nas reuniões, foram classificados, identificados e categorizados por temas geradores. O quadro 2, apresenta os assuntos discutidos nas reuniões, após categorização, por ano pesquisado:

Temas geradores categorizados nas atas.

TEMA GERADOR	2018	2019	2020	2021	2022
Financeiro	15	13	05	10	06
Administrativo	02	11	13	01	03
Pedagógico	00	06	00	06	01
Questões sociais educandos/famílias	00	00	03	01	02
Outros	00	00	02	00	00

Quadro 2: livro ata nº22 – Conselho Escolar

Importante referir que a análise inicial, tinha como escopo o tema gerador “pedagógico”, no período inicial que nos propomos no primeiro momento, no recorte temporal, de 2021 e 2022 até 03 de junho. Após ler e reler as trinta e duas atas (32) registradas neste período, observamos que a questão pedagógica praticamente inexistia, pois no ano de 2021, em apenas seis momentos encontramos situações que se referiam a questão pedagógica da escola. Já no ano de 2022, uma única vez. Importante o registro que no ano de 2021, o assunto restringiu-se a análise e aprovação do calendário escolar e a plataforma de aprendizagem *classroom*, apontando apenas que consistia em uma plataforma que estava sendo utilizada pela escola. No ano de 2022, o registro único aponta a aprovação do calendário escolar da instituição.

Desta forma, ampliamos o recorte temporal, delimitando um novo período, que compreende os anos de 2018 a 03 de julho de 2022, classificando os assuntos encontrados em cada ata, categorizando-os nos seguintes temas geradores: financeiro, administrativo, pedagógico e outros.

Ao realizar a leitura da totalidade das atas, no período estipulado, após análise e releitura do material, foi identificado a participação dos segmentos estudantes, docentes, funcionários e pais ou responsáveis, através da assinatura no registro das atas, mantendo-se a paridade nas reuniões previstas pela legislação vigente. Neste sentido, não foi possível identificar que segmentos a fala representa, pois não é nominada.

A nova delimitação permitiu conhecer a atuação do Conselho escolar no período anterior a pandemia do COVID, onde vivíamos um momento concebido como “normal” na escola, o período pandêmico de muitas mudanças em função dos protocolos sanitários estabelecidos e a reorganização escolar, e o “novo normal” período de retorno às atividades presenciais e de superação de desafios, e a escola precisa fazer, como diria Cortella (2017), o melhor na condição que tem, enquanto não tem condições melhores de fazer.

4.1 TEMA GERADOR “FINANCEIRO”

O tema gerador “financeiro” se apresenta com maior frequência nas atas analisadas no decorrer de 2018 a 2022, totalizando 49 vezes em que o assunto é discutido no decorrer das reuniões.

Observa-se que todo o recurso financeiro que a escola recebe, do âmbito estadual e federal, passa pela análise do Conselho Escolar. No registro de atas as falas dos membros não são identificadas, constam de forma generalizada, porém observa-se a grande preocupação dos membros participantes com a manutenção do estabelecimento de ensino priorizando as despesas com material didático, internet, manutenção de equipamentos eletrônicos, livros, limpeza e higienização do ambiente escolar, bem como pequenos reparos.

Ao discutir a elaboração dos planos de aplicação, questionam o diretor da escola quanto ao que pode e não pode ser adquirido, relatam necessidades apresentadas por professores e funcionários, e situações que os alunos (as), filhos ou conhecidos dos conselheiros, pertencentes a comunidade escolar, apresentam quanto às necessidades da escola, o que precisa ser adquirido ou substituído. Importante registrar, que as demandas apresentadas são muitas e após muita conversa e análise, o plano de aplicação é construído a partir das necessidades prioritárias apresentadas pelo grupo e construídas a partir de consensos.

Os conselheiros após elaboração do plano de aplicação, observam a aquisição e realizam minuciosa avaliação da prestação de contas, conferindo, questionando, observando e relatando comentários da comunidade escolar quanto às aquisições realizadas. Observa-se no relato de ata de número 06 (seis), do ano de 2022, que os conselheiros solicitam ao diretor que os acompanhem em uma vistoria na infraestrutura da escola, após a reforma realizada em alguns espaços. Outra observação importante ocorre na ata de número 9 (nove), no ano de 2022, em que um conselheiro relata, que seria importante se a escola tivesse data show disponível nas salas de aula, para que os professores a utilizassem, sem perder tempo no momento da instalação.

A análise das atas referentes ao tema gerador “financeiro” evidencia que os conselheiros se apropriaram do espaço de discussão sobre este tema nas reuniões. Sugerindo, propondo, discutindo e construindo espaços de transparência dos recursos públicos, a partir da

compreensão de que o orçamento, é o ponto chave da gestão escolar, pois todos os projetos, por melhor que sejam, precisam de recursos para sua execução.

[...] o ponto de partida para a execução de obras e implementação de políticas públicas, cujo resultado final depende ainda de outros fatores, como a disponibilidade do controle social, a eficiência e a vontade política dos administradores, sem recursos financeiros nada é possível de ser executado (STRECK, 2018, p.10).

Em relação à participação do colegiado nas reuniões, é possível identificar, através da assinatura dos presentes, de que todos os segmentos estão representados, mantendo a paridade prevista na legislação. Ao avaliar o “poder de fala” dos participantes, não é possível identificar qual segmento faz maior uso da palavra, pois na grande maioria das vezes, as falas são citadas nos registros de forma genérica.

Ao analisar a proposta de construção da gestão escolar, identifica-se que está baseada na participação da comunidade escolar, na construção coletiva, em que as ações da equipe se pautam na transparência da utilização dos recursos públicos.

(...) uma administração fundamentalmente democrática. Uma gestão tanto quanto possível aberta às propostas dos cidadãos, de diferentes níveis, e que estes fossem aprendendo democracia pela prática da participação. Aprendendo democracia pela experiência da decisão, da crítica, da denúncia e do anúncio (FREIRE, 1994, p. 140).

4.2 TEMA GERADOR “ ADMINISTRATIVO”

O segundo tema gerador observado ao longo da análise das atas no decorrer da pesquisa documental, nas atas do Conselho Escolar, no período de 2018 a 2022, é a questão relativa à administração da Escola estadual de Ensino Médio professora Fernandina Rigoti, de forma geral normativas, instruções, portarias e leis emitidas pela Secretaria Estadual de Educação do RS.

A análise permite identificar que este tema não suscita debate entre os conselheiros e quando abordado pelo Diretor da Escola, apresenta-se como normas a serem seguidas e obedecidas pelo estabelecimento de ensino, não abrindo para os debates dos presentes.

Nesse sentido, não é possível evidenciar que a discussão relativa ao tema gerador “administrativo” possibilita o exercício de uma construção coletiva sobre a questão em análise, onde os conselheiros (as) construam posicionamentos, tomem decisões de forma autônoma, assumam-se como homens públicos e, no processo de uma ação conjunta e coletiva, vão além das práxis de construir o novo, com todos (as) que participam desta caminhada, no “processo

de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo” (FREIRE,2000a, p.136).

4.3 TEMA GERADOR “ PEDAGÓGICO”

O tema gerador “pedagógico”, na primeira análise proposta, no recorte temporal, de 2021 e 2022 até 03 de junho, foi observado que a questão pedagógica praticamente inexistia, pois no ano de 2021, em apenas seis momentos é encontrado situações que se referiam ao tema, e no ano de 2022, uma vez. Importante o registro que no ano de 2021, o assunto restringiu-se a análise e aprovação do calendário escolar e a plataforma de aprendizagem classroom, apontando que consistia em uma plataforma que estava sendo utilizada pela escola. No ano de 2022, o único registro aponta a aprovação do calendário escolar da instituição.

O quadro abaixo evidencia o número de reuniões realizadas em 2021 e 2022 e o número de situações em que o tema é debatido.

Tema gerador “pedagógico” - 2021 e 2022.

TEMA GERADOR	Nº de reuniões 2021	Nº de reuniões 2022	Tema gerador em 2021	Tema gerador em 2022
PEDAGÓGICO	19	13	06	01

Quadro 3 livros ata nº22 – Conselho Escolar

Quadro 3

A situação evidenciada apresentou a necessidade de rever o recorte temporal, que inicialmente foi proposto neste trabalho. Desta forma, foi ampliado o recorte temporal, e a leitura das atas abrangeu também os anos de 2018 -2019 e 2020.

A ampliação do escopo desta análise ocorreu em função de:

- Ao conhecer a instituição e atuar nela como professora, desde o ano de 1992, a falta de registro referente a proposta pedagógica da escola, causou perplexidade.
- A segunda delas é que no primeiro período analisado, as reuniões do Conselho Escolar, foram realizadas através da ferramenta digital do *meet* e transcritas ao livro. Desta forma, na transcrição alguns pontos poderiam ter sido excluídos. Era preciso observar esta situação.

- A terceira o período pandêmico em que vivíamos e continuamos vivendo, alterando nossas rotinas escolares e colocando na pauta das reuniões, outros assuntos, por hora, considerados “mais importantes”.

Mesmo após, ampliação do período de análise, foi observado que o tema gerador “pedagógico”, não se constituiu em uma pauta discutida com frequência, ênfase e com registros, que possibilitaram avaliar e compreender o projeto político pedagógico da escola e as construções possíveis acerca do tema, necessitando que esta pauta passe a ter maior ênfase nas reuniões e que o padrão de ata seja modificado. A média mensal de reuniões é de mais de uma reunião por mês, desta forma seria possível discutir e aprofundar o tema em questão, pela quantidade de reuniões realizadas e pelo tempo disponível nestas.

Importante relatar que quando abordado, nas atas analisadas, o tema gerador “pedagógico”, os seguintes assuntos são tratados:

- 2018 - Tema gerador “pedagógico” não consta em nenhuma ata.
- 2019 - Tema gerador “pedagógico” consta por seis (6) vezes, tendo como assunto: regimento escolar e calendário escolar.
- 2020 - Tema gerador “pedagógico” não consta em nenhuma ata.
- 2021 – Tema gerador “pedagógico” consta por seis (6) vezes, tendo como assunto: calendário escolar, plataforma *classroom*.
- 2022 – Tema gerador “pedagógico” consta uma (1) vez, tendo como assunto o calendário escolar.

Assim, mesmo com a ampliação do período de análise das atas, a discussão acerca do tema gerador “pedagógico”, ocorre de forma muito restrita, até pela limitação imposta pelo tipo de ata construída nas reuniões.

4.4 TEMA GERADOR “ QUESTÕES SOCIAIS EDUCANDOS/FAMÍLIA”

A análise das atas apresentou que o tema relativo à vulnerabilidade social em que se encontravam algumas famílias, da comunidade escolar, foi discutido entre os anos de 2020 até três de julho de 2022, acentuados no período pandêmico com reflexos no momento atual.

Em 2020 e 2021 o assunto restringiu-se à questão social, pela necessidade de identificar as famílias em situação de vulnerabilidade social para o recebimento das cestas básicas enviadas pelo Estado. Observa-se nos relatos, que o número de cestas disponibilizadas é insuficiente

perante a necessidade das famílias da comunidade escolar, tendo em vista o agravamento de situações de vulnerabilidade em função da pandemia da COVID-19. De acordo com o relato do conselheiro não identificado na ata de nº 02/2020 “ tem muita criança da nossa escola passando por necessidade, dez cestas básicas não dão para nada. Como falar para eles assistirem aula na internet, se não tem o que comer” (ata nº 02/2020).

Na fala do conselheiro, é possível observar que a escola é capaz de trabalhar um currículo significativo, permitindo que o ensino e a aprendizagem de fato se efetivem, em uma proposta político pedagógica alicerçada em uma pedagogia crítica, capaz de desafiar o educando a pensar criticamente a realidade social, política e histórica, e que o educador, na concepção de Paulo Freire, seja aquele que “ensina os conteúdos de sua disciplina com rigor e com rigor cobra a produção dos educandos, mas não esconde a sua opção política na neutralidade impossível de seu que-fazer” (2000, p. 44). A escola que compreende o educador e a educadora progressista, de acordo com Paulo Freire, como aquele que: Não se permite a dúvida em torno do direito, de um lado, que os meninos e as meninas do povo têm de saber a mesma matemática, a mesma física, a mesma biologia que os meninos e as meninas das “zonas felizes” da cidade aprendem, mas, de outro, jamais aceita que o ensino de não importa qual conteúdo possa dar-se alheado da análise crítica de como funciona a sociedade. (2000, p. 44).

4.5 TEMA GERADOR “OUTROS”

Na proposta de analisar todos os assuntos apresentados nas atas do Conselho escolar, no período de 2018 a 2022, dois assuntos, no ano de 2020, foram categorizados como “outros”, evidenciando a relação da escola com a comunidade local e a parceria existente com o poder público municipal.

Na ata de nº 02, do ano de 2020, o diretor da escola comunica aos conselheiros presentes que em função da pandemia, as programações alusivas ao aniversário do município de Itatiba do Sul, que seria em abril, estão canceladas. Desta forma, o evento em que os alunos da oficina de musicalização estariam se apresentando não estará acontecendo.

Já a ata de nº 3, de 2020, reporta-se a parceria entre a Prefeitura Municipal de Itatiba do Sul, Conselho Municipal das Crianças e Adolescentes de Itatiba do Sul, CUFA - Central Única de Favelas e a escola que oferece oficinas de música, dança e natação, no contra turno escolar,

para os alunos do Ensino Fundamental - séries finais, está suspensa em virtude do período pandêmico, retornando de acordo com a liberação dos protocolos.

Os dois assuntos reportados acima e classificados no tema gerador “outros”, também estão interligados ao pedagógico e ao administrativo, pois são executados a partir de uma parceria entre os entes e organizados através de convênio. No que se refere ao pedagógico, permite ampliar o desenvolvimento das habilidades e competências do grupo de alunos participantes, ampliando o tempo de permanência na escola e conseqüentemente influenciando de forma positiva o processo de aprendizagem dos alunos e ampliando as relações da escola junto à comunidade local.

5 O CONSELHO ESCOLAR CONSTITUI-SE ENQUANTO ESPAÇO DE EDUCAÇÃO POPULAR

A pesquisa documental realizada nas atas do Conselho Escolar, dentro do espaço de tempo já apresentado, permitiu a observação de algumas situações, que acreditamos serem importantes destacar para análise final do que nos propomos neste trabalho, desta forma:

- A.** Mesmo com a ampliação do período a ser pesquisado e das circunstâncias sanitárias diferenciadas em que se viveu no período em análise, a pauta das reuniões, bem como as discussões construídas, mantiveram-se praticamente iguais.
- B.** Não foi possível relacionar no texto da ata a origem da fala, ou seja, quem falou e que segmento representava, na reunião, entre os conselheiros presentes.
- C.** O tema de maior presença e discussão nas reuniões ao longo do período analisado foi o financeiro.
- D.** O tema gerador “pedagógico” tem pouca evidência nas discussões durante as reuniões.
- E.** Através da assinatura nas atas foi possível identificar que o segmento “pais ou responsáveis” em todas as reuniões esteve representado.
- F.** As maiores participações, em número de pessoas, nas reuniões, foram dos segmentos: professores/ funcionários e alunos (as).

Sendo assim, se levarmos em conta, a análise documental realizada, dentro de um lapso temporal de cinco (5) anos, do conselho escolar, da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti, é possível identificar que a participação dos conselheiros nas reuniões e registradas nas atas, dentro da limitação imposta pelo padrão de ata construído nas reuniões, sinaliza um caminho de diálogo, estabelecido a partir das relações entre os conselheiros e a gestão da escola, possibilitando a construção de experiências de educação popular, entre os integrantes do conselho.

Ao mesmo tempo em que a questão pedagógica é pouco discutida, é possível observar que os conselheiros exercem papel fundamental no debate do tema financeiro da escola, exercendo não apenas um papel consultivo, mas deliberativo, elaborando planos de aplicação, vistoriando aquisições, serviços oferecidos pela escola e obras executadas. Conhecendo e compreendendo as necessidades da escola através de um debate significativo nas reuniões, onde as questões administrativas surgem, a partir da necessidade de conhecer o arcabouço legal, para definição dos planos de aplicação financeira.

Na medida em que vão conhecendo, participando, de forma especial os pais e responsáveis por educandos, de acordo com Freire, vão se inteirando dos problemas da escola, das suas dificuldades, do trabalho realizado. É possível mostrar a eles como é “a vida” diária, na escola. Neste sentido é importante que nas reuniões do Conselho escolar, o debate não fique restrito a teorias acadêmicas e questões burocráticas. O segmento pais precisa ser levado à crítica e análise dos problemas escolares, dando-lhes condições de mudança de antigos hábitos, e hábitos novos. Hábitos antigos de passividade em hábitos novos de participação. “ (...) participando, intervindo, colaborando o homem constrói novas atitudes, muda outras, elabora e reelabora experiências, educa-se” (FREIRE, 1957 apud GADOTTI et al, 1996, p.96).

Importante referir também a importância da relação que a escola constrói com a comunidade, através das parcerias com a Prefeitura Municipal, Conselho Municipal e entidades, que possibilitam a oferta de oficinas aos alunos, permitindo a ampliação do tempo escolar e novas aprendizagens, observada na pauta de reuniões. Desta forma, comunidade e escola, através da educação, criam uma força para superar as suas dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva, atuando juntas como agentes facilitadores do desenvolvimento pleno do educando.

Ao analisar estas situações é necessário o seguinte questionamentos: Experiências de educação popular se constroem apenas no debate das questões pedagógicas? As questões financeiras, administrativas, sociais e as relações com a comunidade fazem parte do fazer pedagógico da escola? Permitem a construção de experiências de educação popular? O Projeto Político Pedagógico da escola - PPP é construído a partir de que temas geradores presentes nesta pesquisa?

Neste sentido, Paulo Freire faz um convite para pensar um Projeto Político Pedagógico - PPP, centrado na construção de uma escola “séria, competente, justa, alegre, curiosa” (...), uma escola em que todos tenham “condições de aprender e de criar, de arriscar-se, de perguntar, de crescer” (FREIRE, 1991, p. 42). Isso requer profissionais, educadores, que lutem pela escola pública, pela melhoria de seus padrões de ensino, que defendam a dignidade dos docentes, a sua formação permanente, na participação da comunidade escolar na construção do caminhar da escola, que acreditem na educação popular pela participação de todos e com clareza política.

6 CONCLUSÃO

Com os limites próprios, estabelecidos por esta pesquisa documental, registramos que não tivemos a pretensão de esgotar a discussão sobre as experiências de educação popular, construídas pelos participantes do Conselho escolar, da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti, durante suas participações no colegiado. Antes disso, tentamos elucidar algumas relações presentes neste cotidiano, no desejo de fomentar a construção de práticas educativas alicerçadas na participação dos diferentes segmentos, representados neste Conselho.

Neste sentido, este trabalho de conclusão de curso apresenta-se como início de uma caminhada, que teve por objetivo analisar o espaço de construção do conselho escolar, da escola pesquisada, pensando além dela, de seu cotidiano e dos pressupostos legais referentes aos temas pesquisados.

Fica o registro, que em minha atividade diária na escola, nestes quase trinta anos, observo de forma empírica, a construção coletiva da proposta pedagógica da escola, sua discussão nos diferentes grupos que compõem os segmentos da escola e a preocupação da equipe diretiva e pedagógica da escola na construção de um espaço democrático, inclusivo e de qualidade. Nesta avaliação diária, posso discorrer que o conselho escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti insere-se em um espaço de diálogo, de construção a partir da historicidade de cada conselheiro, que se constrói e reconstrói a partir de suas necessidades e do grupo que representa. Na concepção de “que não se faz sozinho, mas na relação com outros seres humanos e com o mundo, na medida em que, agindo sobre ele, o transforma, o faz melhor ou pior” (FREIRE, 1987, p. 91).

Observa-se ainda que o conselho escolar tem uma relação muito próxima com a comunidade. Pelo fato da escola estar inserida em um pequeno município, o conselho escolar consegue identificar questões sociais, relativas às famílias da escola, contribuindo no processo de superação das mesmas e estabelecendo parcerias com organizações e entidades do Município.

Por outro lado, a pesquisa documental realizada, nos leva a observar que poderia haver uma centralidade pedagógica na discussão das pautas das reuniões do conselho escolar. Esta ausência não permite identificar de forma clara e precisa, um processo de aprendizagem de práticas de educação popular, dos conselheiros, do conselho escolar da Escola Estadual de

Ensino Médio Professora Fernandina Rigoti, porém é necessário reafirmar que é possível identificar espaços de diálogo, de questionamentos acerca das relações sociais estabelecidas na escola, a partir da construção de um projeto político de participação, inclusivo, democrático, que estimula a participação e a emancipação humana, rompendo a lógica de que a educação só se constrói nos bancos escolares. “Ainda que a construção do novo exija ousadia e criatividade. Exija romper com práticas e costumes cristalizados” (FREIRE, 1987, p.92).

Finalizamos com a certeza da necessidade de ampliar e aprofundar este estudo através de uma pesquisa de campo, junto aos representantes dos segmentos que compõem o conselho escolar, com a possibilidade de identificar as construções acerca de educação popular, construídas através de sua participação no colegiado, e - por que não? - a inserção para a continuidade do sonho de mudar a cara da escola. “O sonho de democratizá-la, de superar o seu elitismo autoritário, o que só pode ser feito democraticamente” (Freire, 1991, p. 74). “O sonho que tem a ver com uma sociedade menos injusta, menos malvada, mais democrática, menos discriminatória, menos racista, menos sexista” (1991, p. 118). E assim, pensando com Paulo Freire, recordar que: “onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender” (2000, p.85).

7 REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, M. V. de M. Democracia e Cidadania. In: BOAS, Renata Villas et al. (org.). **Participação Popular nos governos locais**, São Paulo: Polis, 1994.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. Ed. Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Lei n. 9394, de 20/12/1996, **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, Diário Oficial da União, n.248, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília: MEC, SEB 2004 – Cadernos 1-12.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania** / elaboração Ignez Pinto Navarro. Brasília: MEC, SEB, 2004a.
- CHAUÍ, M. Convite à "loso" a. São Paulo: Ática, 2005.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. Cortez Editora, 2017.
- DEWEY, J. **Democracia**. 3º ed. São Paulo, Atualidades Pedagógicas, 1959.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Educación y participación comunitaria**. Obra de Paulo Freire; Série Artigos, 1994.
- FREIRE, P., FAUNDEZ, A. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.
- FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 11º ed. RJ: Paz e Terra, 1987
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Seminário Direito à educação: solução para todos os problemas ou problemas sem solução? Institut International Des Droits De L'enfant (Ide), Suíça, 2005
- GADOTTI, Moacir et al. **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília, DF; UNESCO, 1996.
- GADOTTI, M, 2014. **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional**. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf>.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, E. G. M. **Conselho gestores de Políticas Públicas: democracia, controle social e instituições**. São Paulo: EAESP/FGV, 2013

Libâneo, J. C. (2015). **Formação de Professores e Didática para Desenvolvimento Humano. Educação & Amp; Realidade**, 40(2). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46132>

Lück, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜDKE, M. e ANDRÉ M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PARO, Vitor Henrique (2011). **Escolha e formação do conselho escolar**. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional (Curitiba. Impresso), v. 6.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. **Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional, campo**.

PONTUAL, Pedro. Educação Popular e Democratização das Estruturas Políticas e Espaços Públicos. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (orgs.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006, p. 91-102. (Coleção Educação para Todos, v. 4).

RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995. Dispõe sobre a gestão democrática do ensino público e dá outras providências*. Portal da Legislação. Porto Alegre, 1995. Disponível em: <Disponível em: [Secretaria da Educação](#)> Acesso em: agosto- 2022

RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 11.695, de 10 de dezembro de 2001. Altera a Lei 10.576 que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público e dá outras providências*. Portal da Legislação. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/>> Acesso em: agosto- 2022

Dicionário Paulo Freire / Danilo R. Streck. Euclides Redin, Jaime José Zitkoski, (orgs.) . – 2. ed., rev. ampl. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2010.

STRECK, D.; ESTEBAN, M. T. (org.). **Educação Popular**. Lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.

STRECK, D. R. Participação popular, poder e formação da cidadania: um estudo político-pedagógico do orçamento participativo. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, 2018.